

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.065

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Jefferson da Silva Macedo Braga<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O artigo é um recorte de dissertação de mestrado, discute a formação de professores no Brasil à luz da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A formação docente, tanto inicial quanto continuada, é apresentada como fundamental para garantir uma prática pedagógica crítica, reflexiva e alinhada às necessidades da diversidade escolar. A análise fundamenta em autores como Gatti, Barreto, Tardif, Giroux e Freire, evidenciando a importância da articulação entre teoria e prática e da valorização do professor como agente de inclusão. Historicamente, a formação docente no Brasil passou por diversos estágios, desde os ensaios das Escolas Normais até os cursos superiores de Pedagogia. No campo da Educação Especial, o artigo contextualiza a evolução das políticas públicas inclusivas, destacando avanços como a Declaração de Salamanca, a LDB e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que marca o direito à escolarização em classes comuns com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada na metodologia da pesquisa-ação, propõe uma reflexão crítica sobre a formação docente frente à inclusão. Conclui-se que a formação continuada

1 Mestre em Educação especializado em formação de professores pela Universidad Europea Del Atlántico-UNEATLANTICO, Cantabria, Espanha, ES. <http://lattes.cnpq.br/1445560683507204>, jefferson.315@hotmail.com.

é essencial para os professores no contexto atual considerando a diversidade humana em sala de aula, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Formação, Professores, Inclusão.

## INTRODUÇÃO

O Governo federal lançou em 21 de novembro de 2023, o Plano de Afirmação e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). A ação tem a coordenação do Ministério da Educação (MEC), que garantirá a execução em diferentes frentes: investimento em formação, infraestrutura, transporte, recursos de tecnologia assistiva e pedagógicos, num valor estimado de mais de R\$ 3 bilhões, em quatro anos. A meta é chegar ao final de 2026 com mais de 2 milhões de estudantes do público da educação especial matriculados em classes comuns, além de atingir o total de 169 mil matrículas na educação infantil e ampliar os recursos financeiros para atender a mais Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

No contexto atual, apenas 36% das escolas que têm SRM receberam recursos, e a meta é dobrar esse número, passando para 72% dos estabelecimentos. Também estão entre os objetivos a criação de 27 observatórios de monitoramento e o lançamento de 6 editais para pesquisadores com deficiência.

Para a consolidação da PNEEPEI, o MEC pactuou a implementação das ações com os municípios, os estados e o Distrito Federal em cada canto do País, dentro das premissas da construção coletiva e participação social, dividindo o plano em quatro eixos. 1 eixo: Expansão do Acesso - Ênfase na educação infantil para realizar busca ativa, criação de novas turmas e investimento em atenção precoce. 2 eixos: Qualidade e Permanência - Ampliar o transporte escolar acessível, a acessibilidade nas escolas e a oferta de Salas de Recursos Multifuncionais, assim como garantir Atendimento Educacional Especializado a todos os estudantes do público da educação especial e regulamentar o trabalho de profissionais de apoio escolar. 3 eixos: Produção de Conhecimento - Apoiar pesquisas sobre educação inclusiva e pesquisadores com deficiência, bem como investir na gestão de informações, garantindo mais transparência e qualidade. 4 eixos: Formação - Investir na formação de professores de salas comuns,

professores de Atendimento Educacional Especializado e gestores no campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, além de realizar ações de letramento em educação especial na perspectiva da educação inclusiva e do modelo social da deficiência para trabalhadores do MEC.

Na perspectiva do 1 eixo: Expansão do Acesso - Ênfase na educação infantil para realizar busca ativa, criação de novas turmas e investimento em atenção precoce, o presente estudo busca materializar formação de professores com reflexão teórica e prática na perspectiva da intervenção precoce.

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores vem sendo objeto de debates e de profundas reformulações no Brasil e no mundo. Baseados nas reflexões de Gatti e Barreto (2009, p. 8), Bertotti e Rietow (2013) afirmam que “o fato é que a grande maioria dos países ainda não logrou atingir os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública, para com os milhões de estudantes” (Gatti, 2009, p. 8 apud Bertotti; Rietow, 2013).

Segundo Gatti e Barreto (2009) e Bertotti e Rietow (2013), muitos países ainda não atingiram padrões mínimos necessários para uma Educação que contemple a diversidade existente no contexto educacional da profissão docente. Os autores destacam a importância de compreender a formação de professores em uma perspectiva histórica, especialmente no contexto brasileiro, para entender aos desdobramentos e evoluções desse processo ao longo do tempo, bem como tem sido esse processo no chão da escola e os impactos para uma Educação de qualidade.

Por isso, é preciso buscar pesquisas e práticas de formação continuada que fundamentam a formação de professor. Nesse cenário, a literatura tem apontado diversos estudos na linha do tempo dos processos formativos e referencial teórico que fundamentam a importância da formação

continuada, refletindo que a cada dia os estudos se ampliam e clarificam as práticas pedagógicas com foco no refletir o percurso histórico e os impactos para a educação na contemporaneidade.

Com base em Saviani (2009, p. 143) ao examinar as questões pedagógicas, em articulação com as transformações que se processavam na sociedade ao longo dos últimos dois séculos, o autor dividiu em seis períodos a história da formação de professores no Brasil:

*Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890)* – esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obriga os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às suas próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais. O segundo foi o *Estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932)*, cujo marco inicial foi a reforma paulista da escola normal, tendo como anexo a escola-modelo. O terceiro, *Organização dos Institutos de Educação (1932-1939)*, cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933. O quarto, *Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das escolas normais (1939-1971)*. O quinto, *Substituição da escola normal pela habilitação específica de Magistério (1971-1996)* e por fim, o *Advento dos institutos superiores de educação, escolas normais superiores e o novo perfil do curso de Pedagogia (1996-2006)*.

Nesse contexto histórico da formação de professores, em que a formação inicial não é suficiente para a formação docente se faz necessário a formação continuada reconhecendo que as habilidades intelectuais, tanto teóricas quanto práticas, são fundamentais para o desenvolvimento docente no chão da escola. Segundo as concepções de Giroux (1987) e Tardif (2002), ser professor é um processo contínuo de construção e aperfeiçoamento, que se inicia na formação pedagógica e se estende ao longo de toda a carreira. A formação continuada, portanto, não é apenas um complemento, mas uma parte essencial desse processo, pois permite ao professor refletir sobre sua prática, atualizar-se em relação às novas

demandas educacionais que vem surgindo ao longo do tempo. Dessa forma, a busca por uma educação de qualidade, se faz no investimento da formação continuada, que possibilita a construção de um profissional crítico, reflexivo e preparado para os desafios enfrentados no dia a dia.

A formação de professores no Brasil, busca criar uma estrutura da legislação que atenda às necessidades diversas da educação básica. A combinação de formação teórica e prática, o reconhecimento de experiências anteriores, reflexões dos avanços da pesquisa, disponibilização de múltiplas alternativas de qualificação refletem um compromisso com a qualidade da educação e com o desenvolvimento profissional contínuo dos educadores. Essas diretrizes visam garantir que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos na educação e possam proporcionar uma educação que contemple as necessidades educacionais dos estudantes.

A formação de professores, tanto inicial quanto continuada, é essencial para o repensar do modelo tradicional na heterogeneidade e diversidade existente nas escolas. A reflexão entre teoria e prática é um aspecto crucial, pois oferece uma base reflexiva para o ato de educar. O professor desenvolve sua identidade ao longo da vida através de processos formativos, da reflexão proporcionada por esses processos e das relações estabelecidas no ambiente de trabalho e na vida cotidiana desmistificando o modelo tradicional. Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática (Freire, 1991, p. 58).

Freire, destaca a importância contínua do processo reflexivo na formação docente, e da importância da formação continuada, sustentado pela prática e pela reflexão sobre essa prática.

Destacar a importância de uma formação docente que atenda às necessidades da geração atual, é permitir que os professores expressem suas opiniões e participem ativamente no processo de construção de sua formação profissional reflexiva. Nesse contexto, essa formação deve

estar alicerçada em conhecimentos específicos da profissão e garantir o espaço e o tempo necessários para que os docentes possam agir com autonomia e competência. No entanto, essa autonomia só se concretiza plenamente quando os professores se tornam intelectuais e transformadores, comprometidos com a construção de uma educação de qualidade que valorize a formação integral dos estudantes. É fundamental que os docentes desenvolvam saberes que os capacitem como intelectuais críticos e agentes de transformação no contexto educacional.

É essencial a constante atualização do professor para uma educação de qualidade perpassada pelos processos formativos, que inclua uma visão pedagógica clara, para que problemas como o ensino de baixa qualidade e a falta de planejamento educacional nas escolas brasileiras não venha ser uma prática cotidiana, devido à ausência de propostas educacionais que contemple as necessidades de aprendizagem dos alunos. Assim, a reflexão dialógica entre teoria e prática possibilita ao professor materializar novas possibilidades no fazer pedagógico, promovendo a transformação das práticas que podem emergir da formação continuada de professores. Este processo reflexivo e crítico é essencial, pois permite ao educador compreender profundamente as implicações de suas ações e, conseqüentemente, ajustar sua prática pedagógica.

Como Paulo Freire (1977) destaca, a verdadeira práxis só ocorre na unidade dialética entre ação e reflexão, prática e teoria, pois é nessa interação que o educador encontra o espaço para inovar e transformar a educação de maneira significativa. Entender a própria prática. A formação de professores para a contemporaneidade se faz necessário a reflexão da valorização do professor, autonomia docente, conectando-a com suas experiências e vivências em sala de aula para uma educação inclusiva. É crucial que os professores se posicionem como profissionais capazes de refletir sobre suas ações. Partindo desse reconhecimento, torna-se relevante debater o significado de uma formação continuada que busque atender as lacunas existentes na formação inicial, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da prática pedagógica.

As concepções de Freire (1977, p. 36) enfatiza que não devemos nos contentar com uma descrição superficial de uma situação ou com a análise de fenômenos que, muitas vezes, refletem apenas as manifestações externas dos problemas na formação de professores. Segundo ele, é através dos desafios encontrados na prática cotidiana e da reflexão profunda sobre esses desafios que os professores podem compreender verdadeiramente as causas dos problemas educacionais. Essa compreensão permite que eles construam rotas de aprendizagem que busque atender as demandas cotidianas, planejem as aulas de maneira estratégica, observem e analisem a implementação dessas aulas e, finalmente, revisem e aprimorem sua prática pedagógica de forma contínua.

Nesse sentido, o ciclo de reflexão e ação, que Freire defende, não só aprimorar a prática docente, mas também contribui para uma educação mais crítica e transformadora e inclusiva onde o professor se torna um agente ativo na construção do conhecimento, promovendo um ambiente de aprendizagem que vai além da mediação do conteúdo, Isso inclui não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o crescimento emocional e social do aluno, compreendendo uma educação para além do desenvolvimento intelectual, preparando-o para enfrentar os desafios do mundo, na sua dignidade humana, com consciência crítica e responsabilidade social para uma educação inclusiva. Assim, o educador assume um papel fundamental na construção de um espaço educacional que valoriza o aluno como um ser humano completo, capaz de interagir, questionar e refletir de forma transformadora.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Ao longo dos anos, a Educação Especial foi marcada por um longo processo de transformação, histórica e política que impactou o processo de escolarização das pessoas com deficiência no Brasil. Onde o modelo de educação era marcado por segregação das pessoas com deficiência.

A Educação Especial surge através das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Sociedade Pestalozzi, o Instituto Benjamin Constant e o Imperial Instituto dos Meninos Cegos desempenharam papéis fundamentais na história da educação especial no Brasil. Fundada em 1954, a primeira APAE surgiu no Rio de Janeiro, impulsionada por pais e profissionais que buscavam oferecer uma educação para pessoas com deficiência intelectual. O movimento rapidamente se espalhou pelo país, resultando na criação de uma rede nacional iniciando os primeiros passos para escolarização das pessoas com deficiência.

A Sociedade Pestalozzi, criada em 1932, também no Rio de Janeiro, inspirada nos princípios pedagógicos de Johann Heinrich Pestalozzi, focou na educação de crianças com deficiência intelectual e múltipla. Já o Instituto Benjamin Constant, fundado em 1854 como Imperial Instituto dos Meninos Cegos, foi a primeira escola para deficientes visuais no Brasil e uma das primeiras na América Latina. Sua criação representou um marco na educação especial.

Apesar de o Brasil ser um país rico em legislação temos avançado a curto prazo na materialização das políticas públicas da Educação Especial Inclusiva. A Constituição Federal de 1988 foi um marco decisivo na promoção da educação inclusiva no Brasil, ao estabelecer, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Declaração de Salamanca, realizada em Salamanca na Espanha adotada em 1994, foi um marco na promoção da educação inclusiva ao afirmar que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, têm o direito de aprender em escolas regulares. O documento defende a adaptação das instituições educacionais para atender às necessidades especiais dos alunos, promovendo a inclusão e garantindo o acesso equitativo à educação de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, estabelece diretrizes importantes para a educação especial

no Brasil, garantindo o direito à educação pública com igualdade de condições de acesso e permanência dos alunos. A LDB assegura que a educação para alunos com deficiência deve ocorrer, sempre que possível, em escolas regulares, promovendo a integração desses estudantes em ambientes inclusivos.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, também conhecida como Convenção de Guatemala, foi adotada em 1999 e é marcada na representatividade de avanços na proteção dos direitos das pessoas com deficiência na América Latina. A convenção estabelece que a discriminação baseada em deficiência é uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, comprometendo os países signatários, incluindo o Brasil, a tomar medidas efetivas para eliminar barreiras que impeçam a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Diante desse cenário de escolas especiais e classes especiais na busca de atender as demandas educacionais das pessoas com deficiência, foi instituída a comissão para pensar em uma política pública para uma Educação Inclusiva composta por membros do Ministério da Educação e pesquisadores da área como Claudia Pereira Dutra, Cláudia Maffini Griboski, Denise de Oliveira Alves, Ensino Kátia Aparecida Marangon Barbosa, Antônio Carlos do Nascimento Osório, Claudio Roberto Baptista, Denise de Souza Fleith, Eduardo José Manzini, Maria Amélia Almeida, Maria Teresa Eglér Mantoan, Rita Vieira de Figueiredo, Ronice Müller de Quadros, Soraia Napoleão. Em 2008, promulgada em 2009 foi instituído a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PENNEPEI), um marco na Educação Inclusiva onde as pessoas com deficiência começam a frequentar a sala de aula comum com o Atendimento Educacional Especializado AEE realizado na sala de recurso multifuncional de forma complementar ou suplementar a escolarização das pessoas com deficiência no contra turno escolar. Na perspectiva de uma educação para todos, com o público alvo alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada em 2015, foi um marco jurídico fundamental na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A LBI reforçou o compromisso do país com a inclusão social e a igualdade de oportunidades, assegurando que pessoas com deficiência tivessem seus direitos plenamente reconhecidos em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho, transporte e acessibilidade. No campo educacional, a LBI estabeleceu que a inclusão deve ocorrer em escolas regulares, garantindo a oferta de recursos de acessibilidade e de apoio especializado, além de proibir qualquer forma de discriminação e recusa de matrícula. A lei também destacou a importância da formação de profissionais da educação para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, fortalecendo o compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, que propôs uma nova abordagem para a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no Brasil. Esse decreto buscou ampliar as opções educacionais disponíveis, permitindo que as famílias escolhessem entre o ensino regular inclusivo e escolas ou classes especializadas, conforme as necessidades dos alunos. A política gerou debates intensos, da sociedade e pesquisadores, pois, apesar de afirmar o compromisso com a inclusão, foi vista como um possível retrocesso na luta pela educação inclusiva, ao abrir espaço para a segregação em ambientes separados.

O Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, revogou o Decreto nº 10.502 de 2020, que havia instituído a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. A revogação foi uma resposta às críticas de que o decreto anterior poderia enfraquecer a educação inclusiva ao permitir a segregação de alunos com deficiência em classes ou escolas especiais. Com a revogação, o governo reafirmou o compromisso com a educação inclusiva em escolas regulares, fortalecendo políticas que promovem a inclusão de todos os estudantes

em um ambiente escolar comum, respeitando a diversidade e garantindo igualdade de oportunidades para todos.

Nesse contexto histórico das políticas públicas na perspectiva da Educação inclusiva temos impactos significativos na formação de professores. Almeida (2006) e Manzini (1999) tem refletido que a implementação de uma política de Educação Inclusiva Efetiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude do percurso histórico da escolarização das pessoas com deficiência e da formação de professores para atender às especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais.

A formação de professores contemplando o público alvo foi reafirmada na resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definiu que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. (Brasil,2008).

Mantoean nos leva a refletir que o argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. Há uma cisão entre o que os professores aprendem e o que põe em prática nas salas de aula. Na formação em serviço, os professores reagem inicialmente à metodologia que tenho adotado, porque estão habituados a aprender de maneira fragmentada e essencialmente instrucional. Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas.

Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo. Não se trata de uma visão ingênua do que significa ser um professor qua-

lificado para o ensino inclusivo, mas de uma concepção equivocada do que é uma formação em serviço e do que significa a inclusão escolar. Mais uma vez, a imprecisão de conceitos distorce a finalidade de ações que precisam ser concretizadas com urgência e muita clareza de propósitos, retardando a inclusão. (Mantoan, 2003).

A autora nos leva a pensar sobre a resistência dos professores em refletir sobre a inclusão escolar, destacando que a justificativa mais comum é a falta de preparação adequada para esse desafio. Existe uma desconexão entre o que os professores aprendem e o que aplicam nas salas de aula. Na formação em serviço, muitos educadores reagem negativamente às metodologias integrativas, pois estão acostumados a uma aprendizagem fragmentada e tradicional.

Os professores esperam receber na formação continuada uma preparação específica como uma receita de bolo com instrumentos e passo a passo para lidar com alunos com deficiência, colocando as dificuldades de modificar as práticas no discurso e problemas de indisciplina, buscando uma formação que lhes forneça esquemas pedagógicos predefinidos que possam ser aplicados diretamente em suas salas de aula, resolvendo automaticamente os problemas das escolas e práticas inclusivas. No entanto, ser um professor qualificado para o ensino inclusivo vai além, trata-se de entender que o acesso ao aluno a sala comum é um direito assegurado nas diversas legislações brasileira, que o aluno é um ser humano e deve ser respeitado e incluído no seu direito a existência, além disso é necessário que o professor modifique as práticas e ressignificar conceitos metodológicos em uma aula para todos.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa de mestrado voltada à formação de professores. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo **pesquisa-ação**, voltada à análise dos impactos da formação de professores como ponto de par-

tida a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de refletir sobre a formação de professores.

Em relação aos procedimentos técnicos, adotou-se como base teórica a revisão bibliográfica, com o objetivo de fundamentar as ações desenvolvidas na pesquisa. Essa revisão permitiu o aprofundamento conceitual necessário para a compreensão das diretrizes e pressupostos da educação inclusiva, bem como subsidiou a reflexão crítica sobre os processos formativos analisados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores no Brasil tem refletido um contexto desafiador, diante das exigências contemporâneas da educação, desde as políticas públicas de inclusão. Ao percorrer o histórico das políticas públicas, percebe-se que ainda há lacunas significativas entre a formação inicial e as demandas da prática pedagógica, especialmente no que se refere à educação inclusiva. A trajetória da formação docente revela avanços importantes, mas também evidencia que os modelos de ensino ainda não respondem de forma satisfatória à complexidade e à diversidade humana e do contexto das salas de aula atuais.

É imprescindível compreender que ser professor vai além da aquisição técnica de conteúdos; trata-se de um processo contínuo de construção identitária, crítica e ética, como defendem autores como Freire, Giroux e Tardif. A formação continuada, portanto, emerge como uma ferramenta indispensável, pois promove a reflexão sobre a prática, a atualização constante e a reflexão do fazer pedagógico. A articulação entre teoria e prática é o alicerce para a construção de um profissional comprometido com a transformação social, com uma educação pública, democrática, crítica e de qualidade.

No contexto da Educação Especial, a formação de professores torna-se ainda mais desafiadora, pois exige sensibilidade, conhecimento

teórico e práticas pedagógicas que garanta o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial. A efetivação de uma escola verdadeiramente inclusiva perpassa desde a formação de professores, mas também humanisticamente, capazes de reconhecer as singularidades dos estudantes e promover o direito à aprendizagem.

Portanto, repensar a formação docente é também repensar o papel da escola na sociedade. É reconhecer que a educação inclusiva é direito de todo ser humano. Assim, cabe à formação de professores, em todas as suas etapas, construir caminhos que promovam a equidade, a justiça social e o respeito à diversidade. Isso exige políticas públicas consistentes, investimento na formação continuada e um compromisso coletivo com a construção de uma escola que ensina a todos, com qualidade e dignidade.

## REFERÊNCIAS

A *EDUCAÇÃO especial no Brasil: da exclusão à inclusão*. Paradigma, 2011.

Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/a-educacao-especial-no-brasil-da-exclusao-a-inclusao/>. Acesso em: 3 maio 2025.

ALVES, E.; LEITE, P.; DA, E.; RIBEIRO, S.; GONÇALVES LEITE, K.; ULIANA, M. *Formação inicial de professores na contemporaneidade*. Educação e Sociedade, v. 39, n. 144, p. 721-737, 2018. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018183273>.

BALDISSERA, A. *Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo*. Sociedade em Debate, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/artigo/view/570>. Acesso em: 3 maio 2025.

BAÚ, M.; ALAMINI. *Formação de professores e educação inclusiva*. Qualificação de professores e educação inclusiva, 2014. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/recit/article/viewFile/4227/Marlenec>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. *Secretaria de Educação Especial*. Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEPEI/MEC. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução de S. R. Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FOLTRAN, E. P.; PASSOS, S. F. C. S. dos; ANJOS, A. G. dos. *A formação continuada dos docentes para a educação na perspectiva inclusiva*. Percursos e tessituras em defesa da educação inclusiva no contexto do PROFEI – Linha 1: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2023. Disponível em: [https://www.f.un.br/Inicio/Pos\\_Graduação/-/educacaoinclusiva/l-eu-1.pdf](https://www.f.un.br/Inicio/Pos_Graduação/-/educacaoinclusiva/l-eu-1.pdf). Acesso em: 3 maio 2025.

GASPAR COLOMBO BONFANTE, J.; BEZ BATTI BETT, M.; LUIZ DE BITTENCOURT, R. *Contribuições de Giroux, Tardif e Contreras para pensar a formação de professores*. Revista Internacional de Formação de Professores, v. 3, n. 3, p. 79-93, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/386>. Acesso em: 3 maio 2025.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. M. et al. *Reflexões sobre a formação de professores: características, histórico e perspectivas*. Revista Educação Pública, v. 19, n. 15, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/reflexoes-sobre-a-formaca-de-professores-caracteristicas-historico-e-perspectivas>. Acesso em: 3 maio 2025.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 3 maio 2025.

LEMONS, B. C.; GAMEZ, L. *Formação continuada de professores para a educação inclusiva: desafios para sua efetivação*. Educação Inclusiva: Exercícios Teórico-Práticos no Contexto do PROFEI – Linha 3: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva, 2023. Disponível em: [https://www.fct.unesp.br/Home/Pos\\_Graduação/-educacaoinclusiva/livro-linha-3.pdf](https://www.fct.unesp.br/Home/Pos_Graduação/-educacaoinclusiva/livro-linha-3.pdf). Acesso em: 3 maio 2025.

LIMA, L.; COSME, A. *Desafios da formação de professores num contexto de mudança paradigmática na educação*. Revista Intersaberes, v. 13, n. 28, p. 70-76, 2018. <https://doi.org/10.22169/revint.v13i28.1406>.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/pneepei.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

PICCOLO, G. M. *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*. 2022.